UM OLHAR CRÍTICO SOBRE USOS E ABUSOS DO CORPO FEMININO: A MEDICINA DA MULHER NO SÉCULO XIX

Etelvina Maria de Castro Trindade*

MARTINS, A. P. V. *A medicina da mulher*: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Campinas, 2000. 311 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas.

“Somente a superação dos corpos dóceis e úteis pode nos levar a uma existência mais agradável e menos obsessiva, a um encontro, afinal, entre nossas cabeças, nossos sentimentos e corpos.” (p. 289)

A frase que encerra a tese de Ana Paula Martins sumaria uma preocupação que foi o *leitmotiv* de toda a construção de seu trabalho: um estudo do processo pelo qual as mulheres foram “trancafiadas em seus corpos” (p. 288), em função da influência exercida pela ciência sexual e pela medicina da mulher no sistema explicativo que tentava compreender a natureza feminina através de seu sistema reprodutivo.

Para chegar a esse final, a autora percorreu uma longa trajetória pontuada por questões certas que direcionaram a pesquisa e o texto pelos meandros da organização de novos campos do saber, a partir do final do século XVIII até início do XX. Dentre essas questões, teve destaque a categoria da *diferença*, voltada, no caso, às diferenças humanas e aos saberes que as investigaram. Para tanto, o estudo retorna, de início, à Idade Moderna e à expansão européia daquele momento, ocorrida não somente no campo geográfico e político, mas também no das novas preocupações científicas e filosóficas. A ampliação desses domínios levou à descoberta de outras culturas e de indivíduos outros, cuja aparição no cenário mundial abalou certezas até então consolidadas.

* Universidade Federal do Paraná / Universidade Tuiuti do Paraná.

Nesse contexto, idéias renovadas sobre igualdades e desigualdades forneceram base para que se construíssem discursos que destacaram as diferenças entre povos, culturas e pessoas. As comparações estabelecidas à época confirmaram, para a mulher, a função de *fêmea do homem* e de seu complemento social. Tal construção prosseguiu seu percurso a partir do final do século XVIII até início do XX – e sobretudo no decorrer do século XIX, quando se desenvolveu de maneira simultânea à consolidação de especializações do conhecimento, como a ginecologia e a obstetrícia. A análise de Ana Paula tece, então, o paralelo entre a medicalização da sociedade (e também o avanço do rigor científico que a acompanhou) e o maior conhecimento que se foi adquirindo sobre o corpo feminino. Constituiu-se, assim, um espaço específico do saber sobre a diferença feminina. Nele, a função reprodutiva era estudada pela obstetrícia e a sexualidade, pela ginecologia, sem que se cogitasse desenvolver algum estudo similar em relação ao corpo masculino, o elemento neutro dessa comparação.

O fio condutor do estudo estruturou-se, portanto, através do processo de construção de um novo saber e de uma nova profissão voltados à definição do *feminino*. Esse processo foi intermitentemente marcado por recusas ou consentimentos das mulheres à invasão progressiva de sua intimidade pela medicina e pela relação, ao mesmo tempo, conflituosa e de ensinamentos mútuos entre médicos e pacientes. Tudo isso para atingir o objetivo de supostamente conhecer a natureza das mulheres pelo mapeamento de seus corpos. E, a partir daí, concretizar o controle do feminino pelo masculino, tendo como objetivo principal o desvendamento e o gerenciamento dos corpos das mulheres.

Numa análise minuciosa, o trabalho vai mostrando como e quando o olhar do médico, seus relatos e suas descobertas foram construindo uma mulher *corporificada*, mas também idealizada pela medicina e pela religião, prisioneira de seus papéis sociais, de suas condições físicas e de sua sexualidade. Para detectar, por fim, o caráter secreto desse *segredo de homens* que marcou o avanço das duas especialidades e acabou por alijar as mulheres de si mesmas, das informações e das conclusões a que se chegava a respeito delas tornando-as, e a seus corpos, por longo tempo, meros objetos das cogitações e dos exames masculinos.

Em sua trajetória, a tese desdobrou-se em cinco capítulos que trataram, numa primeira parte, da produção científica que informou a constru-

ção mais geral das diferenças sexuais no cenário do mundo ocidental e, mais particularmente, da alteridade feminina; e, em seguida, do exame do corpo feminino introduzido pelo nascimento da obstetrícia e da ginecologia, com a finalidade de atingir a possíveis razões da *diferença*, tendo como base a *natureza* sexual e reprodutiva da mulher. Na segunda parte da obra, são revisitados a constituição da medicina da mulher no Brasil e os procedimentos e estratégias que acompanharam a estruturação científica e institucional das áreas da obstetrícia e da ginecologia no país; aborda temas como o ensino, a assistência médica às mulheres e a criação de estabelecimentos como hospitais, Santas Casas de Misericórdia e maternidades; e, no último capítulo, analisa o discurso intelectual e médico no Brasil e no exterior e os debates ocorridos sobre a função familiar e social da mulher a partir de sua constituição e sua sexualidade.

A fonte principal, que nutre basicamente as análises referidas, são os documentos de cunho científico e literário produzidos por intelectuais e médicos brasileiros e europeus, contituídos de obras de caráter geral, livros, artigos e teses, cuja temática contempla os assuntos abordados. Completa essa coleção, a documentação oficial do período, levantada nos acervos de hospitais, Santas Casas e universidades, compreendendo relatórios, petições, portarias e ofícios, entre outros, além de revistas e boletins especializados na área médica. Esses textos são complementados pela reprodução, descrição e análise de gravuras e desenhos apresentados nos manuais médicos da época, o que ajuda a tornar mais objetiva e apurada a argumentação.

Visto em seu conjunto, o trabalho procurou estabelecer, em princípio, as relações ocorridas entre a constituição da ginecologia e da obstetrícia como um novo campo profissional e a definição da *natureza feminina*. Detectou, ainda, como os saberes construídos sobre o corpo e a sexualidade das mulheres fizeram parte de uma estratégia de saber-poder mais amplo e, possivelmente, de um projeto biopolítico. Para, finalmente, questionar o papel desses saberes na formulação de modelos e padrões de conduta que sancionaram as desigualdades de gênero. O tratamento lúcido e crítico dado às referidas questões torna esse estudo, cuja raízes se encontram no século XIX, algo muito atual, apontando já para novos questionamentos, não só dos usos e abusos dos corpos femininos, mas do *corpo* de uma forma geral, seja ele masculino ou feminino. Uma denúncia oportuna do surgimento de

um culto obsessivo do corpo trazido pelos meios de comunicação a um número cada vez maior de pessoas. Estudar essa mais recente tendência é um novo desafio para pesquisas que possam atingir a mesma excelência desse trabalho que, no dizer da própria autora, tentou trazer até o presente a problematização da relação entre liberdade e corporalidade (p. 288).